

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas
do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 265FP-005-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da Elo4 Administração e Participações S.A., ("Companhia / Controladora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Perfil da companhia

A Elo4 Administração e Participações S.A. ("Companhia") ou "Controladora" é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Professor Frederico Herman Junior, no 296, Alto de Pinheiros, São Paulo – SP. A Companhia foi fundada em 04 de fevereiro de 2020 e tem como atividade principal a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista, podendo abrir filiais ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como alterar o endereço da sede social sempre que necessário. As demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e sua Controlada.

	País	31/12/2025	31/12/2024
		Participação acionária %	Participação acionária %
Concessionária de Rodovia MS 306 S.A.	Brasil	80%	80%

1. Principais Investimentos

1.1. Relação de entidade controlada

A sua controlada, a Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Controlada tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Atualmente, a Controlada opera três praças de pedágio localizadas ao longo da rodovia MS 306 sob concessão com as seguintes características:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
COSTA RICA - MS - PRAÇA – 01	MS 306 - km 40+300	13,90
CHAPADÃO DO SUL - MS - PRAÇA - 02	MS 306 - km 100+600	13,90
CASSILÂNDIA - MS - PRAÇA – 03	MS 306 - km 184+600	13,90

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA CONTROLADA

Os principais investimentos realizados, na controlada, em 2025 totalizaram R\$ 117.039 milhões de reais.

Principais investimentos realizados em 2025 na concessão foram:

- Implantação de 37 km de acostamentos
- Recuperação de 267 km de pavimento (24,23 mil t CBUQ e 281,92 mil m² de microrevestimento/TSD)
- Implantação de 4,4 km de terceira faixa
- Alargamento das OAEs nos km 204+500 e 212+500
- Sinalização horizontal e vertical (detalhar em lista separada)
- Instalação de 4.344 m de defensas metálicas

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Em 2025 foram atendidos, na operação da rodovia da controlada, com a prestação dos seguintes serviços gratuitos ao usuário: 1.945 atendimentos 0800, 930 socorros mecânico, 212 socorros médico/pré-hospitalar, 6.624 inspeções de tráfego, 58 combates a incêndios, 1.610 remoções de veículos e 7 apreensões/remoções de animais, por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão da MS-306 sob concessão (219,5 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano.

Para essas atividades foram gerados 181 empregos diretos e mais de 222 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras (gerando de emprego e pagamento de impostos em especial o I.S.S. QN).

DESTAQUES DA CONTROLADA NO ANO 2025

Conclusão da ampliação e adequação das O.A.E's da rodovia MS 306

Finalização das obras de alargamento de OAE, ao todo foram 5 pontes alargadas.

PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2026 (Controlada)

Os investimentos previstos para 2026 totalizam R\$ 114,367 milhões de reais.

Os principais investimentos são:

- Recuperação de pavimento, aproximadamente R\$ 73 Mi com a execução de serviços como reparo profundo localizado, fresagem e recomposição, micro-fresagem e microresvestimento e TSD (tratamento superficial duplo);
- Implantação de 9,72 Km de faixas adicionais, R\$ 25 Mi aproximadamente;
- Implantação de 15 KMf de acostamento, R\$ 10 Mi aproximadamente.

- **Governança Corporativa**

Informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não prestou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer serviços que não os relacionados à auditoria independente das demonstrações contábeis da Controlada. A contratação dos auditores observa os requisitos de independência previstos nas normas profissionais aplicáveis, incluindo a NBC PA 290 e o Código de Ética Profissional do Contador, que vedam: (a) auditar o próprio trabalho; (b) exercer funções gerenciais; e (c) prestar serviços que possam comprometer a independência.

As informações constantes do relatório de desempenho que não estejam claramente identificadas como provenientes das demonstrações contábeis ou das informações trimestrais não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

A Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e aprovou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como tomou ciência e concorda com o Relatório do Auditor Independente que as acompanha.

AGRADECIMENTOS

A administração da Elo4 Administração e Participações S/A., registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto.

Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Braz Oláia Acosta, 727 -
Sala 2101 - Jardim Califórnia
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Elo4 Administração e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Elo4 Administração e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Elo4 Administração e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo reapresentadas em virtude de correção de erro, conforme descrito Nota Explicativa nº 2.1 (bem como os respectivos saldos iniciais de 1º de janeiro de 2024), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em virtude da correção da mensuração do direito de outorga da concessão. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Elo4 Administração e Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

		Controladora			Consolidado		
			31/12/2024	01/01/2024		31/12/2024	01/01/2024
	Notas	31/12/2025	(reapresentado)	(reapresentado)	31/12/2025	(reapresentado)	reapresentado
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	118	6	349	134.770	19.525	24.561
Operações a receber	7	-	-	-	14.494	10.488	10.221
Contas a receber partes relacionadas	21	-	-	-	-	-	347
Despesas antecipadas	8	-	-	-	498	479	625
Impostos a recuperar	9	26	22	15	1.491	2.923	5.856
Outras contas a receber		-	31	-	383	351	269
Total do ativo circulante		144	59	364	151.636	33.766	41.879
Ativo não circulante							
Investimentos	10	179.806	181.992	125.536	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	-	8.909	14.305	18.294
Imobilizado	11	-	-	-	4.841	6.192	7.975
Intangível	12	-	-	-	1.086.596	928.058	778.806
Total do ativo não circulante		179.806	181.992	125.536	1.100.346	948.555	805.075
Total do ativo		179.950	182.051	125.900	1.251.982	982.321	846.954

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	130.081	6.102	123.893	130.133	8.085	124.072
Debêntures	15	-	-	-	2.688	507	795
Fornecedores e outras contas a pagar	18	1	-	-	7.091	50.690	34.891
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	19	-	-	-	1.314	1.265	1.144
Obrigações fiscais	20	3	4	-	6.164	2.007	2.210
Direito de outorga concessão	12	-	-	-	12.535	11.965	11.434
Obrigações com o poder concedente	22	-	-	-	1.111	705	322
Partes relacionadas	21	372	381	399	372	6.395	622
Obrigações com infraestrutura a realizar	16	-	-	-	7.210	7.210	-
Total do passivo circulante		130.457	6.487	124.292	168.618	88.829	175.490
Passivo não circulante							
Contas a pagar partes relacionadas	21	734	762	793	734	762	793
Empréstimos e financiamentos	14	-	122.500	-	-	128.075	179
Fornecedores	18	-	-	-	1.488	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	-	74.776	67.241	53.363
Debêntures	15	-	-	-	701.132	383.295	361.756
Direito de outorga concessão	12	-	-	-	193.518	198.533	193.287
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17	-	-	-	451	231	78
Obrigações com infraestrutura a realizar	16	-	-	-	17.555	17.555	29.809
Total do passivo não circulante		734	123.262	793	989.654	795.692	639.265
Patrimônio líquido							
Capital social	23	107.758	86.083	44.924	107.758	86.083	44.924
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.000	10.663	-	8.000	10.663
Lucro (prejuízo) acumulado		(58.999)	(41.781)	(54.772)	(58.999)	(41.781)	(54.772)
Total do patrimônio líquido		48.759	52.302	815	48.759	52.302	815
Participações acionistas não controladores		-	-	-	44.951	45.498	31.384
		48.759	52.302	815	93.710	97.800	32.199
Total do passivo e do patrimônio líquido							
		179.950	182.051	125.900	1.251.982	982.321	846.954

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e participações S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receita operacional líquida	24	-	-	153.016	136.996
Receita com construção e infraestrutura	24	-	-	184.827	173.862
Receitas extraordinárias	24	-	-	177	46
Custos com construção e infraestrutura	25	-	-	(184.827)	(173.862)
Custos dos serviços prestados	25	-	-	(42.073)	(43.614)
Resultado bruto		-	-	111.120	93.428
Despesas gerais e administrativas	25	(179)	(358)	(19.167)	(17.306)
Outras receitas		-	-	11	(10)
Resultado da equivalência patrimonial	10	5.814	32.456	-	-
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		5.635	32.098	91.964	76.112
Resultado financeiro	26	(22.853)	(19.107)	(92.796)	(35.697)
Lucro líquido antes dos impostos		(17.218)	12.991	(832)	40.415
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	-	(4.758)	(1.736)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13	-	-	(10.175)	(17.574)
Resultado líquido exercício		(17.218)	12.991	(15.765)	21.105
Lucro (prejuízo) atribuído a controladores		-	-	(17.218)	12.991
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores		-	-	1.453	8.114
Resultado líquido exercício		(17.218)	12.991	(15.765)	21.105
Lucro básico diluído por ação em reais		(0,16)	0,15	(0,15)	0,25
Lucro diluído por ação atribuído a controladores		-	-	(0,12)	0,20
Lucro diluído por ação atribuído a não controladores		-	-	(0,03)	(0,04)
		(0,16)	0,15	(0,15)	0,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Resultado líquido exercício	(17.218)	12.991	(15.765)	21.105
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	(17.218)	12.991	(15.765)	21.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (reapresentado)	44.924	10.663	(54.772)	815	31.384	32.199
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	41.159	(2.663)	-	38.496	-	38.496
Resultado líquido do exercício	-	-	12.991	12.991	-	12.991
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	14.114	14.114
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	86.083	8.000	(41.781)	52.302	45.498	97.800
Saldos em 1º de janeiro de 2025	86.083	8.000	(41.781)	52.302	45.498	97.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	21.675	-	21.675	-	21.675
Devolução do adiantamento para futuro aumento de capital	-	(8.000)	-	(8.000)	-	(8.000)
Aumento de capital social	21.675	(21.675)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	(17.218)	(17.218)	-	(17.218)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	(547)	(547)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	107.758	-	(58.999)	48.759	44.951	93.710

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes dos impostos		(17.218)	12.991	(832)	40.415
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciações do imobilizado	11	-	-	1.972	2.027
Amortização do intangível	12	-	-	37.174	26.493
Atualização pela amortização pela curva de trafego	12	-	-	(10.885)	(2.406)
Baixas líquidas do intangível	12	-	-	-	8
Baixas líquidas do imobilizado	11	-	-	265	44
Juros de debêntures	15	-	-	46.216	42.236
Custos de transação debentures	15	-	-	(11.110)	2.394
Custos de transação empréstimos e financiamentos	14	-	36	-	36
Juros de empréstimos e financiamentos	14	13.181	18.801	14.167	19.399
Resultado de equivalência Patrimonial	10	(5.814)	(32.456)	-	-
Juros e variações monetárias - FDCO	14	-	-	3.606	-
Atualização outorga fixa	12	-	-	8.854	17.438
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17	-	-	220	153
Obrigações com infraestrutura a realizar	16	-	-	-	(5.044)
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais					
Operações a receber	7	-	-	(4.006)	(267)
Partes relacionadas	21	(37)	(49)	(6.051)	5.363
Despesas antecipadas	8	-	-	(20)	(146)
Impostos a recuperar	9	(4)	(1)	1.432	2.939
Outras contas a receber		31	(37)	(31)	(88)
Fornecedores e outras contas a pagar	18	1	-	(42.111)	15.373
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	19	-	-	49	121
Obrigações fiscais	20	(1)	4	6.913	(203)
Obrigações com o poder concedente	22	-	-	406	383
Impostos de renda e contribuição social pagos	13	-	-	(4.758)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(9.861)	(711)	41.470	166.668
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em controladas	10	8.000	(24.000)	-	-
Aquisições de itens do ativo imobilizado	11	-	-	(886)	(287)
Adições ao intangível	12	-	-	(184.827)	(173.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		8.000	(24.000)	(185.713)	(173.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Integralização capital social	23	21.675	41.159	21.675	41.159
Adiantamento para futuro aumento de Capital	23	(8.000)	(2.663)	(10.000)	3.337
Captação de empréstimos e financiamento	14	-	-	70.966	6.892
Captação de debêntures	15	-	-	725.000	-
Pagamento outorga fixa	12	-	-	(13.299)	(11.661)
Pagamento principal debêntures	15	-	-	(440.088)	-
Pagamentos de juros debêntures	15	-	-	-	(23.379)
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	14	(11.702)	(14.128)	(12.639)	(14.196)
Pagamento Empréstimo - FDCO - juros	14	-	-	(3.606)	-
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	14	-	-	(7.555)	(222)
Pagamento Empréstimo - FDCO - principal	14	-	-	(70.966)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.973	24.368	259.488	1.930
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		112	(343)	115.245	(5.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	6	349	19.525	24.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	118	6	134.770	19.525
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		112	(343)	115.245	(5.036)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas				
Prestação de serviços	-	-	167.588	150.383
Receita dos serviços de construção	-	-	184.827	173.862
Outras receitas	-	-	117	46
	-	-	352.532	324.291
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(123)	(277)	(23.013)	(24.400)
Custo dos serviços de construção	-	-	(184.827)	(173.862)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56)	(81)	(6.071)	(6.195)
Outros	-	-	(7)	(7)
	(179)	(358)	(213.918)	(204.464)
Valor adicionado bruto	(179)	(358)	138.614	119.827
Depreciações e amortizações	-	-	(28.261)	(26.114)
Valor adicionado líquido produzido	(179)	(358)	110.353	93.713
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas (despesas) financeiras	43	53	4.342	12.718
Resultado da equivalência patrimonial	5.814	32.456	-	-
	5.857	32.509	4.342	12.718
Valor adicionado total a distribuir	5.678	32.151	114.695	106.431
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	-	-	7.583	8.125
Benefícios	-	-	2.258	2.236
FGTS	-	-	559	593
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (incluindo IOF)	4	4	14.937	21.701
Estaduais	-	-	80	72
Municipais	-	-	8.427	7.520
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	22.892	19.156	96.343	44.759
Aluguéis	-	-	273	320
Remuneração de capitais próprios				
Resultado líquido exercício	(17.218)	12.991	(15.765)	21.105
	5.678	32.151	114.695	106.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Elo4 Administração e Participações S.A. (“Companhia”) ou (“Controladora”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Professor Frederico Herman Junior, nº 296, Alto de Pinheiros, São Paulo – SP. A Companhia foi fundada em 04 de fevereiro de 2020 e tem como atividade principal a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista, podendo abrir filiais ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como alterar o endereço da sede social sempre que necessário. As informações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e sua Controlada.

	País	31/12/2025	31/12/2024
		Participação acionária %	Participação acionária %
Concessionária de Rodovia MS 306 S.A.	Brasil	80%	80%

1.1. Relação de entidade controlada

A sua Controlada a Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020. Com o objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul Seinfra], em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 605.306, dos quais R\$ 115.008 foram pagos à vista e o saldo devedor em 29 parcelas anuais, reajustadas pela variação do IPCA a partir de 2021; e

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 4.14 - Uso de estimativas e julgamentos.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 21 de maio de 2026.

2.1. Reapresentação de saldos (Na Controlada)

A Administração da Controlada reapresentou as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2024, em decorrência da retificação de erros identificados em períodos anteriores. Os ajustes referem-se, principalmente, à mensuração do direito de outorga da concessão, que havia sido reconhecido pelo ajuste a valor presente (AVP) sem a devida atualização monetária pelo IPCA ao longo do tempo e sem a apropriação dos encargos financeiros correspondentes, sendo tais erros corrigidos de forma retrospectiva, nos termos do CPC 23 / NBC TG 23.

2.2. Mudança de política contábil: método de amortização do ativo intangível de concessão

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Controlada alterou sua política contábil para amortização do ativo intangível de concessão, do método linear para o método baseado no volume de tráfego, por entender que este último fornece informação mais relevante e confiável acerca do padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo, em conformidade com o CPC 04 (R1) / IAS 38 e com as diretrizes aplicáveis aos contratos de concessão previstas na ICPC 01 (R1) / IAS 36. A mudança é tratada como mudança de política contábil nos termos do CPC 23. O método de amortização do intangível de concessão passa a ser baseado no volume de tráfego e será revisado periodicamente para assegurar que reflète o padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo; observa-se que tanto o método linear quanto o método por unidades de produção/uso (como tráfego) são admitidos pelas normas, devendo a Companhia adotar aquele que melhor represente esse padrão.

Os efeitos decorrentes da reapresentação por correção de erros (Nota Explicativa nº 2.1) e da mudança de estimativa aplicada prospectivamente (Nota Explicativa nº 2.2) estão apresentados nos quadros a seguir, conciliando valores originalmente divulgados, ajustes e saldos reapresentados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial (Consolidado)

	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2024	
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	19.525	-	19.525	24.561	-	24.561
Operações a receber	10.488	-	10.488	10.221	-	10.221
Contas a receber partes relacionadas	11	-	11	374	-	374
Despesas antecipadas	479	-	479	625	-	625
Impostos a recuperar	2.923	-	2.923	5.856	-	5.856
Outras contas a receber	351	-	351	269	-	269
Total do ativo circulante	33.766	-	33.766	41.879	-	41.879
Ativo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.305	(13.398)	27.703	18.294	18.294	-
Imobilizado	6.192	-	6.192	7.975	-	7.975
Intangível	928.058	(52.510)	980.568	778.806	(54.914)	833.720
Total do ativo não circulante	948.555	(65.908)	1.014.463	805.075	(57.306)	862.381
Total do ativo	982.321	(65.908)	1.048.229	846.954	(57.306)	904.260

	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2024	
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	8.085	-	8.085	124.072	-	124.072
Debêntures	507	-	507	795	-	795
Fornecedores e outras contas a pagar	50.690	-	50.690	34.891	-	34.891
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.265	-	1.265	1.144	-	1.144
Obrigações fiscais	2.007	-	2.007	2.210	-	2.210
Direito de outorga concessão	11.965	-	11.965	11.434	-	11.434
Obrigações com o poder concedente	705	-	705	322	-	322
Partes relacionadas	6.395	-	6.395	622	-	622
Obrigações com infraestrutura a realizar	7.210	(10.612)	17.822	-	-	-
Total do passivo circulante	88.829	(10.612)	99.441	175.490	-	175.490
Passivo não circulante						
Partes relacionadas	762	-	762	793	-	793
Empréstimos e financiamentos	128.075	-	128.075	179	-	179
Debêntures	383.295	-	383.295	361.756	-	361.756
Direito de outorga concessão	198.533	(37.133)	235.666	193.287	(40.787)	234.074
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	231	-	231	78	-	78
Imposto de renda e contribuição social diferido	67.241	16.457	50.784	53.363	36.799	16.564
Obrigações com infraestrutura a realizar	17.555	(28.791)	46.346	29.809	(7.029)	36.838
Total do passivo não circulante	795.692	(49.467)	845.159	639.265	(11.017)	650.282
Patrimônio líquido						
Capital social	86.083	-	86.083	44.924	-	44.924
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	-	-	-	-	-
Lucros/prejuízos acumulados	(41.781)	(4.663)	(37.118)	(54.772)	(20.482)	(34.290)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.000	-	8.000	10.663	-	10.663
Total do patrimônio líquido	52.302	(4.663)	56.965	815	(20.482)	21.297
Total do passivo e do patrimônio líquido	982.321	(65.908)	1.048.229	846.954	(36.620)	883.574

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício (Consolidado)

	31/12/2024		31/12/2024
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Receita operacional líquida	136.996	-	136.996
Receitas com construção e infraestrutura	173.862	-	173.862
Receitas extraordinárias	46	-	46
Custos com construção e infraestrutura	(173.862)	-	(173.862)
Custos dos serviços prestados	(43.614)	34.778	(78.392)
Resultado bruto	93.428	34.778	58.650
Despesas gerais e administrativas	(17.306)	-	(17.306)
Outras despesas operacionais	(10)	-	(10)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos	76.112	34.778	41.334
Resultado financeiro	(35.697)	(3.654)	(32.043)
Lucro líquido antes dos impostos	40.415	31.124	9.291
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.736)	-	(1.736)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(17.574)	(11.348)	(6.226)
Resultado líquido do exercício	21.105	19.776	1.329

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Consolidado)

	31/12/2024		31/12/2024
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes dos impostos	40.415	31.124	9.291
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações do imobilizado	2.027	-	2.027
Amortização do intangível	26.493	(11.193)	37.686
Atualização pela amortização pela curva de tráfego	(2.406)	(2.406)	-
Baixas líquidas do intangível	8	-	8
Baixas líquidas do imobilizado	44	-	44
Juros de debêntures	42.236	-	42.236
Custos de transação debêntures	2.394	-	2.394
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	36	-	36
Juros de empréstimos e financiamentos	19.399	-	19.399
Atualização outorga fixa	17.438	14.326	3.112
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	153	-	153
Obrigações com infraestrutura a realizar	(5.044)	(31.851)	26.807
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais			
Operações a receber	(267)	-	(267)
Contas receber e pagar partes relacionadas	5.363	-	5.363
Despesas antecipadas	(146)	-	(146)
Impostos a recuperar	2.939	-	2.939
Outras contas a receber	(88)	-	(88)
Fornecedores e outras contas a pagar	15.373	-	15.373
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	121	-	121
Obrigações fiscais	(203)	-	(203)
Obrigações com o poder concedente	383	-	383
Pagamentos de juros debêntures	(23.379)	-	(23.379)
Pagamento de empréstimos e financiamento – juros	(14.196)	-	(14.196)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	129.093	-	129.093
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(287)	-	(287)
Adições ao intangível	(173.347)	-	(173.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(173.634)	-	(173.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social	41.159	-	41.159

	31/12/2024		31/12/2024
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Captação de empréstimos e financiamento	6.892	-	6.892
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.337	-	3.337
Pagamento outorga fixa	(11.661)	-	(11.661)
Pagamento de empréstimos e financiamento – principal	(222)	-	(222)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	39.505	-	39.505
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.036)	-	(5.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.561	-	24.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.525	-	19.525
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.036)	-	(5.036)

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Políticas contábeis materiais

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas quando a Controlada tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48/ IFRS9 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas. Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

4.3. Imobilizado (Controlada)

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.4. Intangível (Controlada)

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IAS 36.

Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida de acordo com o *padrão de consumo dos benefícios econômicos*, mensurado pela *curva de tráfego estimada* ao longo do prazo da concessão. As premissas de tráfego e demais inputs relevantes são revisados periodicamente e eventuais mudanças são reconhecidas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.5. Direito de outorga e passivo de outorga (controlada)

A outorga fixa prevista no contrato de concessão é reconhecida como ativo intangível (direito de exploração) e amortizada de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos (ex.: curva de tráfego) ao longo do prazo da concessão. Quando o pagamento é parcelado, a obrigação de outorga é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos futuros, e a atualização do saldo é registrada como despesa financeira (ajuste a valor presente). Alterações contratuais relevantes são analisadas quanto à modificação de termos e eventuais impactos de mensuração.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) (controlada)

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 /IAS 36– Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01/IAS 36.

4.7. Reconhecimento de receita (Controlada)

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, a receita (ou despesa) de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva (TJE), que aloca, ao longo da vida do instrumento, a diferença entre o valor inicial e o valor a liquidar, descontando os fluxos de caixa contratuais (principal e juros) ao valor contábil do ativo ou passivo. Atualizações por índices (por exemplo, IPCA ou CDI) e a apropriação de custos de transação integram a TJE e são reconhecidas no resultado financeiro.

4.8. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece e mensura instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos Financeiros. Os instrumentos financeiros abrangem ativos financeiros (como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber) e passivos financeiros (como fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures), além de arrendamentos (vide política específica). Ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado quando o modelo de negócios é manter para receber e os fluxos contratuais representam somente pagamentos de principal e juros (SPPI); nos demais casos, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nem adota contabilidade de hedge. Informações detalhadas sobre mensuração, riscos e sensibilidade são apresentadas na Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos, bem como nas notas específicas de Debêntures/Empréstimos e Custos de empréstimos (CPC 20).

4.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures, (Controlada)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, na controlada, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (TJE), reconhecendo-se os encargos financeiros no resultado na linha de resultado financeiro.

Obrigações indexadas (por exemplo, IPCA ou CDI) são atualizadas conforme os respectivos índices; os efeitos de atualização e juros pela TJE são reconhecidos no resultado. Custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos pela TJE, compondo a remuneração efetiva.

As obrigações são classificadas no passivo circulante quando exigíveis nos 12 meses seguintes após a data do balanço (ou quando houver descumprimento de covenants sem waiver recebido até a data do balanço); as demais são classificadas no passivo não circulante. Modificações substanciais de termos são tratadas como baixa do passivo original e reconhecimento de novo passivo; modificações não substanciais são contabilizadas por meio do ajuste no valor contábil com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

4.9.1. Custos de empréstimos (CPC 20)

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis (tais como o ativo de concessão em construção) são capitalizados como parte do custo do ativo, líquidos das receitas financeiras obtidas com a aplicação temporária dos recursos de empréstimos específicos. A capitalização inicia quando há (i) dispêndios com o ativo, (ii) contratação de empréstimos e (iii) atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso pretendido; cessa quando substancialmente todas as atividades forem concluídas. A capitalização é suspensa durante períodos prolongados de paralisação.

4.10. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos, na controlada, para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

4.11. Arrendamentos

A Controlada aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Controlada reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Controlada reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Controlada ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Controlada reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Controlada e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Controlada usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Controlada aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Controlada optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

4.13. Provisão de manutenção – Contratos de concessão (Controlada)

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

4.13.2. Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Controlada possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

4.13.3. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Controlada reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

4.15. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

4.16. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1) /IAS 36 /IFRIC12 (Controlada).

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- **Lei nº 14.789/2023 / MP 1.185/2023**

Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- **CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins)**

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.

- **Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024**

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis, exceto pelo CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, (vigente a partir de 1º/1/2027): a Administração acompanha os desdobramentos e avalia impactos potenciais sobre a apresentação (novos subtotais de desempenho, MPMs e desagregação).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Caixa	4	4	284	284
Saldos bancários	114	2	1.284	311
Numerários em trânsito	-	-	267	1.040
Aplicações financeiras	-	-	132.935	17.890
Total	118	6	134.770	19.525

Numerários em trânsito, são valores da arrecadação de pedágio já recebidos pela controlada, aguardando depósito bancário pela empresa de transporte de valores.

As aplicações financeiras correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os Fundos de Investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração.

O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 106% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI com remuneração controlada entre 98% e 106% do CDI (95% e 106% em 2024), ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 5% e 20% do CDI (5% e 20% em 2024).

A exposição da Companhia e Controlada aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28.

7. Operações a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Pedágio eletrônico a receber	-	-	14.341	10.129
Vale-pedágio a receber	-	-	-	129
Cartões de crédito a receber	-	-	153	230
Total	-	-	14.494	10.488

As contas a receber na Controlada são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Controlada entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Controlada pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Representado)
Seguros a apropriar (a)	-	-	462	475
IPVA a apropriar (b)	-	-	36	4
Total	-	-	498	479

(a) Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período; e

(b) Corresponde às despesas com IPVA pagas em cota única pela Companhia, que será apropriada no resultado em 12 meses.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
IRRF a recuperar	1	1	1	1
PIS/Cofins/CSLL a recuperar	5	5	5	5
Imposto retido de aplicação financeira	20	16	1.239	2.913
IOF de aplicação financeira	-	-	246	4
Total	26	22	1.491	2.923

10. Investimentos

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31/12/2025											
Concessionária da Rodovia	Ações ordinárias	% Participação total e votant	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado operacional	Receita e despesas financeiras	Lucro do Exercício
MS 306 S/A											
Total	116.808.000	80%	151.492	1.100.346	38.161	988.920	224.757	153.016	92.143	(69.943)	7.267

Movimentação do investimento

	Saldo inicial 31/12/2024 (reapresentado)	Devolução adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2025
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A	181.922	(8.000)	5.814	179.806
Total	181.922	(8.000)	5.814	179.806

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31/12/2024 (Reapresentado)											
Concessionária da Rodovia	Ações ordinárias	% Participação total e votant	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado operacional	Receita e despesas financeiras	Lucro do Exercício
MS 306 S/A											
Total	116.808.000	80%	33.718	948.555	82.353	672.430	227.490	136.996	59.880	(16.590)	40.570

Movimentação do investimento

	Saldo inicial 31/12/2023 (reapresentado)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2024 (reapresentado)
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A	125.536	24.000	32.456	181.992
Total	125.536	24.000	32.456	181.992

11. Imobilizado (controlada)

	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos			Saldos			Saldos			Saldos	
		31/12/2024			31/12/2025			31/12/2024			31/12/2025	
		(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	Adições	Baixas	Líquido	Líquido (Reapresentado)
Imobilizado da Administração	10%	2.862	44	(9)	2.897	(1.522)	(349)	5	(1.866)		1.031	1.340
Máquinas e Equipamentos	10%	5.014	75	-	5.089	(1.869)	(505)	-	(2.374)		2.715	3.145
Veículos	20%	5.647	767	(701)	5.713	(3.940)	(1.118)	440	(4.618)		1.095	1.707
Total		13.523	886	(710)	13.699	(7.331)	(1.972)	445	(8.858)		4.841	6.192

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Saldos			Depreciação			Líquido	
		31/12/2023			31/12/2024			31/12/2023			31/12/2024	
		(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imobilizado da Administração	10%	2.791	72	-	2.863	(1.117)	(405)	-	(1.522)		1.341	
Máquinas e equipamentos	10%	4.999	24	(10)	5.013	(1.372)	(500)	3	(1.869)		3.144	
Veículos	20%	5.603	191	(146)	5.648	(2.928)	(1.122)	109	(3.941)		1.707	
Total		13.393	287	(156)	13.524	(5.417)	(2.027)	112	(7.332)		6.192	

Provisão por redução do valor recuperável

A controlada efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e concluiu que não há indicativos para a constituição de provisão por redução do valor recuperável para ser reconhecida em suas demonstrações contábeis.

12. Intangível (controlada)

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos					Amortização				Líquido	
		Saldos				31/12/2025	Saldos			31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2024 (Reapresentado)
		31/12/2024 (Reapresentado)	Adições	Transferência	Baixas		31/12/2024 (Reapresentado)	Adições	31/12/2025			
Intangível em operação	3,80%	559.239	-	283.220	-	842.459	(34.678)	(31.317)	(65.995)	776.464	524.561	
Intangível em andamento	-	144.483	184.827	(283.220)	-	46.090	-	-	-	46.090	144.483	
Licenças de uso de softwares	-	456	-	-	-	456	(343)	(72)	(415)	41	113	
Direito de Outorga Concessão	3,33%	239.374	-	-	-	239.374	(28.876)	(4.384)	(33.260)	206.114	210.498	
Capitalização atualização IPCA outorga	-	40.617	-	-	-	40.617	(5.253)	(1.401)	(6.654)	33.963	35.364	
Atualização pela curva de tráfego	-	-	-	-	-	-	13.039	10.885	23.924	23.924	13.039	
Total		984.169	184.827	-	-	1.168.996	(56.111)	(26.289)	(82.400)	1.086.596	928.058	

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos					Amortização				Líquido	
		Saldos				31/12/2024 (Reapresentado)	Saldos			31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2023
		31/12/2023	Adições	Transferência	Baixas		31/12/2023	Adições	31/12/2024 (Reapresentado)			
Intangível em operação	3,80%	341.056	-	218.183	-	559.239	(15.853)	(18.825)	(34.678)	524.561	325.203	
Intangível em andamento	-	189.333	173.341	(218.183)	(8)	144.483	-	-	-	144.483	189.333	
Licenças de uso de softwares	-	450	6	-	-	456	(253)	(90)	(343)	113	197	
Direito de Outorga Concessão	3,33%	239.374	-	-	-	239.374	(22.699)	(6.177)	(28.876)	210.498	216.675	
Capitalização atualização IPCA outorga	-	40.617	-	-	-	40.617	(3.852)	(1.401)	(5.253)	35.364	36.765	
atualização pela curva de tráfego	-	-	-	-	-	-	10.633	2.406	13.039	13.039	10.633	
Total		810.830	173.347	-	(8)	984.169	(32.024)	(24.087)	(56.111)	928.058	778.806	

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Valor da outorga	605.306	605.306
Pagamento - outorga fixa	(161.138)	(148.838)
Atualização outorga	127.817	119.962
Ajuste ao valor presente - taxa desconto 4,50%, (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	(365.932)	(365.932)
Direito de outorga concessão	206.053	210.498
Circulante	12.535	11.965
Não circulante	193.518	198.533

Movimentação da outorga:	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo inicial	210.498	204.721
Pagamento outorga fixa	(13.299)	(11.661)
Juros outorga fixa	8.854	17.438
Direito de outorga concessão	206.053	210.498

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base no tempo de concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

13. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido (consolidado)

A reconciliação, na controlada, entre a taxa real em 31 de dezembro de 2025 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(832)	40.415
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente	283	(13.741)
Ajustes para a alíquota efetiva		
Adições/exclusões permanentes	15.216	5.569
Despesas com imposto de renda e contribuição social		
Imposto corrente	(4.758)	(1.736)
Imposto diferidos	(10.175)	(17.574)
Total	(14.933)	(19.310)

(*) Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, na controlada, têm a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais (a)	528	2.636	-	-	528	2.636	(2.108)	(2.108)
Prejuízo fiscal base negativa (b)	1.439	3.107	-	-	1.439	3.107	-	-
Provisão para manutenção (c)	6.788	8.485	-	-	6.788	8.485	(609)	14.197
Despesas financeiras debêntures capitalizadas (d)	-	-	41.968	41.981	(41.968)	(41.981)	13	(29.373)
Custos de transação debêntures capitalizadas (e)	-	-	13.126	8.803	(13.126)	(8.803)	(4.323)	-
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (f)	154	77	-	-	154	77	77	52
Impostos Diferidos sobre amortização curva de tráfego	-	-	8.134	4.433	(8.134)	(4.433)	(3.701)	(818)
Imposto Diferidos Cap. Atualização Outorga	-	-	11.548	12.024	(11.548)	(12.024)	476	476
Total dos impostos diferidos	8.909	14.305	74.776	67.241	(65.867)	(52.936)	(10.175)	(17.574)

(a) A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, serão amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;

(b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;

(c) As provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

(d) De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;

(e) Capitalização dos custos de transação das debêntures; e

(f) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos da Controladora estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento	Amortização principal	Controladora	
					31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
CCB250/20				01 parcelas em de	130.081	128.602
[5º Aditivo]	CCB - Capital de Giro	CDI + 4,67 % a.a.	04/03/2026	04/03/2026		
	(-) Custos de transação a amortizar				-	-
Total					130.081	128.602
Circulante					130.081	6.102
Não circulante					-	122.500

Em 20 de março de 2024, através do 5º Aditamento à CCB250/20, o alterou a data de vencimento e a taxa.

Alterações

As Partes desejam modificar os itens 2.1.4, 7 e 7.3 do Quadro-Resumo II da CCB para alterar a Taza Spread, o Prazo e o Vencimento Final. Desta forma, referidos itens passam a ter a seguinte redação:

“Taxa Spread: 0,381% a.m. (trezentos e oitenta e um milésimos por cento) exponencial ao mês, equivalente a 4,67% a.a. (quatro inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) ao ano” “Prazo: 2106 dias”, o que elevou o vencimento final para 04 de março de 2026.

Movimentação dos empréstimos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	128.602	123.893
Atualização juros	13.181	18.801
Pagamentos de juros	(11.702)	(14.128)
Custo de transação	-	36
Saldo final	130.081	128.602

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

Os saldos de empréstimos e financiamentos do consolidado estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
CCB250/20 [5º Aditivo]	CCB - Capital de giro	CDI + 4,67 % a.a.	04/03/2026	01 parcelas em de 04/03/2026		130.133	128.602
	(-) Custos de transação a amortizar					-	-
48647151	C.C.B.	Banco Volkswagen	18,72% a.a. (pré)	09/12/2022	09/06/2024	-	-
48120200	C.C.B.	Banco Volkswagen	12,55% a.a. (pré)	17/08/2022	17/02/2024	-	-
440090771180	Finame - BNDES	Sicredi	IPCA 6,15% a.a. + Fator BNDES 3,83 a.a.	05/06/2023	05/06/2026	-	176
6134034	C.C.B.	Banco Bradesco	Selic BNDES D2-CET 12,9545% a.a.	13/06/2024	15/06/2027	-	7.382
Total						130.133	136.160
Circulante						130.133	8.085
Não circulante						-	128.075

Movimentação dos empréstimos

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	136.100	124.251
Captação financiamentos	-	6.892
Captação financiamento - FDCO	70.966	-
Atualização juros Financiamentos - FDCO	3.066	-
Pagamento financiamento - FDCO	(70.966)	-
Pagamento juros financiamentos - FDCO	(3.066)	-
Atualização juros Financiamentos	14.167	19.399
Pagamento principal financiamentos	(7.555)	(222)
Pagamento de juros financiamentos	(12.639)	(14.196)
Custo de transação	60	36
Saldo final	130.133	136.160

15. Debêntures

As debêntures da controlada estão representadas por:

							Saldo em
Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
		Coord. Lider Banco					
C.V.M. 476	Debêntures	BTG Pactual S.A.	IPCA + 6,0% a.a.	12/02/2021	15/06/2035	-	401.206
		B3 S.A. – Brasil, Bolsa,					
C.V.M. 160	Debêntures	Balcão	IPCA + 7,6% a.a.	15/11/2025	15/05/2043	732.334	-
		(-) Custo de transação a amortizar					
						(28.514)	(17.404)
Total						703.820	383.802
Circulante						2.688	507
Não Circulante						701.132	383.295

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
2026	-	27.597
2027	15.775	33.729
2028	30.841	24.914
2029	42.543	14.374
2030 a 2035	611.973	282.681
Total	701.132	383.295

Movimentação das debêntures

	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Saldo inicial	383.802	362.551
Captação de debêntures	725.000	-
Atualização juros	46.216	42.236
Pagamento principal debêntures	(440.088)	-
Pagamento de juros	-	(23.379)
Custo de transação	(11.110)	2.394
Saldo final	703.820	383.802

As debêntures são garantidas pela: Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

A Controlada possui debêntures referentes à 2ª emissão, realizada em 15 de novembro de 2025, sob o rito da Resolução CVM no 160, composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com vencimento final em 15 de maio de 2043.

As debêntures são garantidas por Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios vinculados ao Contrato de Concessão.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 703.820 mil no passivo financeiro, líquido dos custos de transação.

A escritura estabelece hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, abrangendo, entre outras, inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, perda de autorizações essenciais à concessão, alteração indevida do controle acionário, ineficácia das garantias, protestos relevantes e utilização inadequada dos recursos captados.

A Companhia está sujeita ao cumprimento dos seguintes covenants financeiros previstos na escritura:

Dívida Líquida / EBITDA

até 31/12/2024: $\leq 4,5x$,

em 2025: $\leq 4,0x$,

até 30/06/2026: $\leq 3,75x$;

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD $\geq 1,30$), apurado semestralmente conforme metodologia prevista na escritura (EBITDA ajustado dividido pelo serviço da dívida).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações, cláusulas contratuais, covenants e requisitos previstos na escritura da 2ª emissão, não havendo evento de vencimento antecipado.

A escritura da 2ª emissão prevê restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio apenas em caso de inadimplemento contratual ou descumprimento dos covenants financeiros estabelecidos (Dívida Líquida/EBITDA e ICSD).

Enquanto a Companhia estiverem em conformidade com tais indicadores, não há vedação à distribuição de dividendos, inclusive o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações e covenants previstos na escritura, não havendo qualquer restrição à distribuição.

Amortização

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, realizada sob a Instrução CVM 476, tinha como remuneração IPCA + 6,0% a.a. e vencimento originalmente previsto para 15 de junho de 2035. Conforme demonstrado nas movimentações do passivo financeiro, ao longo dos exercícios anteriores a Companhia efetuou pagamentos periódicos de principal, acrescidos da atualização monetária e dos encargos contratuais, reduzindo progressivamente o saldo da dívida.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a amortização integral do saldo remanescente, por meio de pagamento de principal no montante de R\$ 440.088 mil, resultando na quitação total da emissão.

Após a liquidação, a emissão deixou de gerar encargos financeiros, não restando qualquer saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025, conforme apresentado nas demonstrações contábeis.

Com a conclusão da amortização, a 1ª emissão foi totalmente liquidada e não compõe mais o passivo financeiro da Companhia, permanecendo apenas a 2ª emissão (CVM 160) como fonte de financiamento via debêntures.

16. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IAS 36 – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Provisão para manutenção em rodovias

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 24.765 (R\$ 24.765 em 2024) demonstrado a seguir:

	31/12/2024 (Reapresentado)	Ajuste	Adições	31/12/2025
Obrigações com infraestrutura a realizar	39.154	-	-	39.154
AVP - provisão para manutenção	(14.389)	-	-	(14.389)
Total	24.765	-	-	24.765

Circulante			7.210	7.210
Não circulante			17.555	17.555

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

Cronograma esperado de saídas - Não circulante

Ano de execução	31/12/2025
2030 a 2033	17.555
Total	

Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2024 (Reapresentado)	Baixa	Adição	31/12/2025
Contingência cível	116	-	251	367
Contingência trabalhista	115	42	11	84
Total	231	42	262	451

A Controlada possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 451 (R\$ 231 em 2024), refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Além dos valores anteriormente mencionados, temos os valores não foram computados nos montantes acima, R\$ 651 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2024), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

18. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais	1	-	621	27.009
Fornecedores nacionais - Risco Sacado (i)	-	-	2.817	19.924
Caução retida fornecedores	-	-	4.964	3.583
Seguros a pagar	-	-	177	165
Outras contas a pagar	-	-	-	9
Total	1	-	8.579	50.690
Curto prazo	1	-	7.091	50.690
Longo prazo	-	-	1.488	-

(i) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

19. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	-	-	194	198
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	-	-	24	27
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	-	-	88	66
Provisão de férias e 13ª e encargos	-	-	1.008	974
Total	-	-	1.314	1.265

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
IRRF a recolher	-	-	1.696	11
IRRF terceiros	-	-	127	11
INSS terceiros	-	-	294	115
CSLL a recolher	-	-	619	19
PIS/Cofins e CSLL terceiros	3	4	119	24
PIS sobre receita de pedágio	-	-	83	72
PIS sobre receitas financeiras	-	-	10	1
PIS Suspenso conforme liminar	-	-	156	101
Cofins sobre receita de pedágio	-	-	385	331
Cofins sobre receitas financeiras	-	-	61	7
Cofins suspenso conforme liminar	-	-	721	468
ISS sobre receita de pedágio	-	-	676	581
ISS terceiros	-	-	1.217	277
Total	3	4	6.164	2.007

21. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	Serviços/outros	Controladora			
			31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
			Saldos		Saldos	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Concessionária da Rodovia MS306 S/A.	Controlada	Despesas	-	-	-	11
Bandeirantes Concessões e Participações Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	278	-	283
TORC – Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	276	-	283
Senpar Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	276	-	283
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	276	-	283
Total			-	1.106	-	1.143
Circulante			-	372	-	381
Não circulante			-	734	-	762

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	Serviços/outros	Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
			Saldos		Saldos	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Way 112	Acionista	Outros	-	-	-	750
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	278	-	283
TORC - Terraplanagem, Obras Rod. e Const. Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	276	-	283
SENPAR Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	276	-	283
TCL Tecnologia e Construções Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	276	-	283
GLP O Participações S.A. (d)	Acionista	Mútuo	-	-	-	5.275
Total			-	1.106	-	7.157
Circulante			-	372	-	6.395
Não circulante			-	734	-	762

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, através de Instrumento particular de instituição onerosa de usufruto, a Controladora instituiu de forma onerosa, irrestrita e definitiva o usufruto sobre o direito de voto nas deliberações sociais da Controlada, relativamente a 116.800.000 (cento e dezesseis milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal na seguinte proporção:

- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.;
- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária TORC – Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.;
- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária Senpar Ltda.; e

- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária TCL Tecnologia e Construções Ltda.

Em razão do usufruto, cada usufrutuária passa a ser titular do direito de voto nas deliberações sociais da controlada o equivalente a 29.202.000 (vinte e nove milhões, duzentas e duas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da controlada.

Pela instituição onerosa do Usufruto do Direito de Voto, cada usufrutuária pagará à Companhia o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) em 03 (três) parcelas anuais.

Em abril de 2021, através de Instrumento particular de Cessão Onerosa do exercício de usufruto de forma irrestrita e definitiva, por parte das Cedentes, em favor da VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda., o exercício de usufruto sobre o direito de voto nas deliberações sociais da Concessionária ("Exercício do Usufruto do Direito de Voto"), relativamente a 7.008.480 (sete milhões, oito mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária, da seguinte forma:

- A Bandeirantes cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária;
- A TORC cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária;
- A Senpar cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária; e
- A TCL cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária.

Em razão do quanto estabelecido, a Cessionária passa a poder exercer o usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Concessionária relativamente a 7.008.480 (sete milhões, oito mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária, representando 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento) do total de ações da referida Companhia.

Cada uma das Cedentes, por sua vez, mantém o direito de exercer o voto nas deliberações sociais da Concessionária em relação à 27.449.880 (vinte e sete milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, oitocentas e oitenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária, representando 18,80% (dezoito vírgula oitenta por cento) do total de ações da referida Companhia.

O preço total da cessão onerosa do Exercício do Usufruto do Direito de Voto, mutuamente pactuado entre as Partes, é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o qual deverá ser pago em 03 (três) parcelas.

Movimentação controladora:	Saldo em 31/12/2024 (reapresentado)			Movimentações		Saldo em 31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A.	-	11	-	-	(11)	-	-	-
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	-	283	-	-	(7)	-	276	-
TORC - Terraplanagem, Obras Rod. e Const. Ltda.	-	283	-	-	(7)	-	276	-
Senpar Ltda.	-	283	-	-	(7)	-	276	-
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	-	283	-	-	(7)	-	276	-
GLP O Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	1.143	-	-	(39)	-	1.104	-

Movimentação consolidado:	Saldo em 31/12/2023 (reapresentado)			Movimentações		Saldo em 31/12/2024 (reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado
Way 112	348	-	-	(348)	750	-	750	-
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	-	292	-	-	(9)	-	283	-
TORC - Terraplanagem, Obras Rod. e Const. Ltda.	-	292	-	-	(9)	-	283	-

Movimentação consolidado:	Saldo em 31/12/2023 (reapresentado)			Movimentações		Saldo em 31/12/2024 (reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado
Senpar Ltda.	-	291	-	-	[8]	-	283	-
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	-	291	-	-	[8]	-	283	-
GLP O Participações S.A.	-	-	-	-	5.275	-	5.275	-
Total	348	1.166	-	(348)	5.991	-	7.157	-

Remuneração dos administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, aprovado em 01 de janeiro de 2025 e 2024, é de R\$911 e R\$ 990 respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

22. Obrigações com o poder concedente (Controladora)

	31/12/2025	31/12/2024
Convênio Polícia Rodoviária Federal	949	552
Verba de Fiscalização – AGMS	135	127
Verba de Administração – EPE	27	26
Total	1.111	705

23. Patrimônio líquido

Capital social

Acionista	31/12/2024		31/12/2025	
	Ações Integralizadas	Partic. %	Integralização do capital social	Ações Integralizadas
Bandeirantes Concessões e Participações Ltda	21.520.680	25,00%	5.418.750	26.939.430
TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias	21.520.680	25,00%	5.418.750	26.939.430
Senpar Ltda.	21.520.680	25,00%	5.418.750	26.939.430
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	21.520.680	25,00%	5.418.750	26.939.430
Total	86.082.720	100%	21.675.000	107.757.720

Dos resultados apurados ao final de cada exercício social:

- a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados para o Fundo de Reserva Legal, até este atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b)** Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em razão do prejuízo apurado, não houve constituição de Reserva Legal.
- c)** O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, por proposta da administração; e
- d)** Durante o exercício de 2025, os acionistas efetuaram adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 21.675, sendo R\$ 9.965 em 05 de março de 2025 e R\$ 11.710 em 02 de setembro de 2025. Posteriormente, esse montante foi integralizado ao capital social em 20 de agosto de 2025 e 17 de dezembro de 2025, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia devolveu aos acionistas o valor de R\$ 8.000, referente ao saldo de R\$ 8.000 existente em 31 de dezembro de 2024.

Dividendos

No exercício findo em 2025, a Companhia não realizou distribuição de dividendos, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício, aliado à ausência de reservas de lucros passíveis de utilização para essa finalidade, em conformidade com a legislação societária vigente.

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de pedágio	-	-	167.588	150.383
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	-	-	-	(378)
(-) ISS	-	-	(8.427)	(7.519)
(-) PIS	-	-	(1.094)	(977)
(-) Cofins	-	-	(5.051)	(4.513)
Subtotal	-	-	153.016	136.996
Receitas com construção e infraestrutura (a)	-	-	184.827	173.862
Outras receitas	-	-	177	46
Total			338.020	310.904

(a) De acordo com ICPC 01 / IAS 36, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores de R\$ 184.827 e R\$ 173.862, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

25. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	-	-	(10.935)	(11.666)
Serviços de terceiros	-	-	(8.051)	(9.546)
Seguros e garantias	-	-	(1.077)	(1.094)
Custos contratuais da concessão	-	-	(1.975)	(1.817)
Verba da polícia rodoviária federal	-	-	(852)	(924)
Materiais/equipamentos/veículos	-	-	(2.340)	(2.814)
Depreciação/amortização	-	-	(16.563)	(15.594)
Outros	-	-	(280)	(159)
Subtotal	-	-	(42.073)	(43.614)
Custos com construção e infraestrutura	-	-	(184.827)	(173.862)
Total	-	-	(226.900)	(217.476)

Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	-	-	(1.536)	(1.522)
Serviços de terceiros	(179)	(358)	(3.162)	(2.794)
Materiais/equipamentos/veículos	-	-	(1.156)	(1.127)
Depreciação e amortização	-	-	(11.698)	(10.528)
Provisão para contingências	-	-	(256)	(264)
Outros	-	-	(1.359)	(1.071)
Total	(179)	(358)	(19.167)	(17.306)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	18	19	4.086	2.055
Descontos obtidos	-	-	63	48
Juros ativos	-	-	395	-
Receita financeira – AVP	-	-	0	10.672
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	-	-	(228)	(100)
Outras receitas financeiras	28	31	28	40

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total das receitas financeiras	46	50	4.344	12.715
Despesas financeiras	(3)	(2)	(19)	(212)
Perdas sobre receita de pedágio	-	-	(775)	-
Juros sobre obrigações fiscais	-	-	(24)	-
Juros sobre debêntures	-	-	(45.460)	(2.427)
Juros sobre debêntures capitalizados	-	-	4.172	-
Encargos sobre debêntures	-	-	(876)	-
Juros Fornecedores	-	-	(7.639)	(4.839)
Custo de transação	-	(354)	(2.348)	(355)
Custo de transação – FDCO	-	-	(4.766)	-
Encargos FDCO	-	-	(2.127)	-
Atualização outorga fixa	-	-	(8.854)	(17.438)
Despesa financeira – AVP	-	-	(5.529)	-
Juros sobre empréstimos	(22.892)	(18.801)	(22.908)	(19.699)
Outras	(4,00)	-	13	(3.442)
Total das despesas financeiras	(22.899)	(19.157)	(97.140)	(48.412)
Resultado financeiro líquido	(22.853)	(19.107)	(92.796)	(35.697)

27. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Controladora e sua Controlada apresentam de forma consolidada as informações sobre o resultado por ação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Básico				
Resultado do exercício	(17.218)	12.991	(15.765)	21.105
Número de ações durante o período (milhares)	107.758	86.083	107.758	86.083
Lucro (prejuízo) por ação - básico	(0,16)	0,15	(0,15)	0,25
Prejuízo por ação atribuído a controladores	-	-	(17.218)	12.991
Lucro (prejuízo) por ação atribuído a não controladores	-	-	1.453	8.114
Diluído				
(Lucro) prejuízo utilizado na apuração do lucro básico por ação	(17.218)	12.991	(15.765)	(17.218)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	107.758	86.083	107.758	86.083
Lucro (prejuízo) por ação - diluído	(0,16)	0,15	(0,15)	(0,20)
Lucro (prejuízo) diluído por ação atribuído a controladores	(0,16)	0,15	(0,12)	(0,16)
Lucro (prejuízo) diluído por ação atribuído a não controladores	-	-	(0,03)	(0,04)

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

28. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e sua Controlada estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia e sua Controlada gerenciam seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia e sua Controlada consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia e sua Controlada ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; e
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia e sua controlada não mantêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

Riscos de mercado

	Controladora 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	118	-	-	134.770	-	-
Operações a receber	-	-	-	-	14.494	-
Outros créditos	26	-	-	2.372	-	-
Passivos						
Debêntures	-	-	-	-	-	(703.820)
Fornecedores	-	-	-	-	-	(8.579)
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	(1.111)
Obrigações por empréstimos e financiamento	-	-	(130.081)	-	-	(130.081)
Outras contas a pagar	-	-	(1.108)	-	-	(9.033)
Total	144	-	(131.189)	137.142	14.494	(852.624)

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2024			Consolidado (Reapresentado) 31/12/2024		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	19.525	-	-
Operações a receber	-	-	-	-	10.488	-
Outros créditos	53	-	-	3.753	-	-
Passivos						
Debêntures	-	-	-	-	-	(383.802)
Fornecedores	-	-	-	-	-	(50.690)
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	(6.395)
Obrigações por empréstimos e financiamento	-	-	(128.602)	-	-	(136.160)
Outras contas a pagar	-	-	(1.147)	-	-	(4.739)
Total	59	-	(129.749)	23.278	10.488	(581.786)

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua Controlada não apresentavam saldos relevantes de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua Controlada está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Análise de sensibilidade

Indicadores	Controladora			
	31/12/2025			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%
Receitas de Aplicações Financeiras	14	18	11	22
I.P.C.A (2)	3,95%	4,94%	2,96%	5,93%
CCB 250/20 (5ª Aditivo)	(5.138)	(6.423)	(3.854)	(7.707)
Juros a Incorrer (*)	(5.138)	(6.423)	(3.854)	(7.707)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(5.124)	(6.405)	(3.843)	(7.685)

Indicadores	Consolidado			
	31/12/2025			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%
Receitas de Aplicações Financeiras	16.299	20.374	12.224	24.448
I.P.C.A (2)	3,95%	4,94%	2,96%	5,93%
Debêntures 3o. Série, 1a Emissão	(29.219)	(36.524)	(21.914)	(43.828)
CCB 250/20 (5ª. Aditivo)	(5.138)	(6.423)	(3.854)	(7.707)
Juros a Incorrer (*)	(34.357)	(42.946)	(25.768)	(51.536)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(18.058)	(22.573)	(13.544)	(27.087)

(i) Fonte Relatório Focus – Bacen; e

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Exposição a riscos de créditos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua Controlada não apresentava riscos de créditos.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia e sua Controlada consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e Controlada.

29. Cobertura de seguros

A Controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros na Controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - Contrato de concessão	Março de 2025 a março de 2026	26.326
Riscos operacionais	Abril de 2025 a março de 2026	53.578
D&O	Março de 2025 a março de 2026	20.000
Responsabilidade civil	Março de 2025 a março de 2026	10.000
Risco de engenharia	Março de 2025 a março de 2026	156.641

30. Benefícios aos empregados

A Controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

31. Risco regulatório

A Companhia e sua Controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

32. Eventos subsequentes

Em de fevereiro de 2026, a companhia liquidou a Cédula de crédito Bancário – CCB 250/20 5o. Aditivo No valor de R\$ 132,9 milhões de reais.

* * *